



Diário Notícias

22-01-2014

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 56361

Temática: Educação

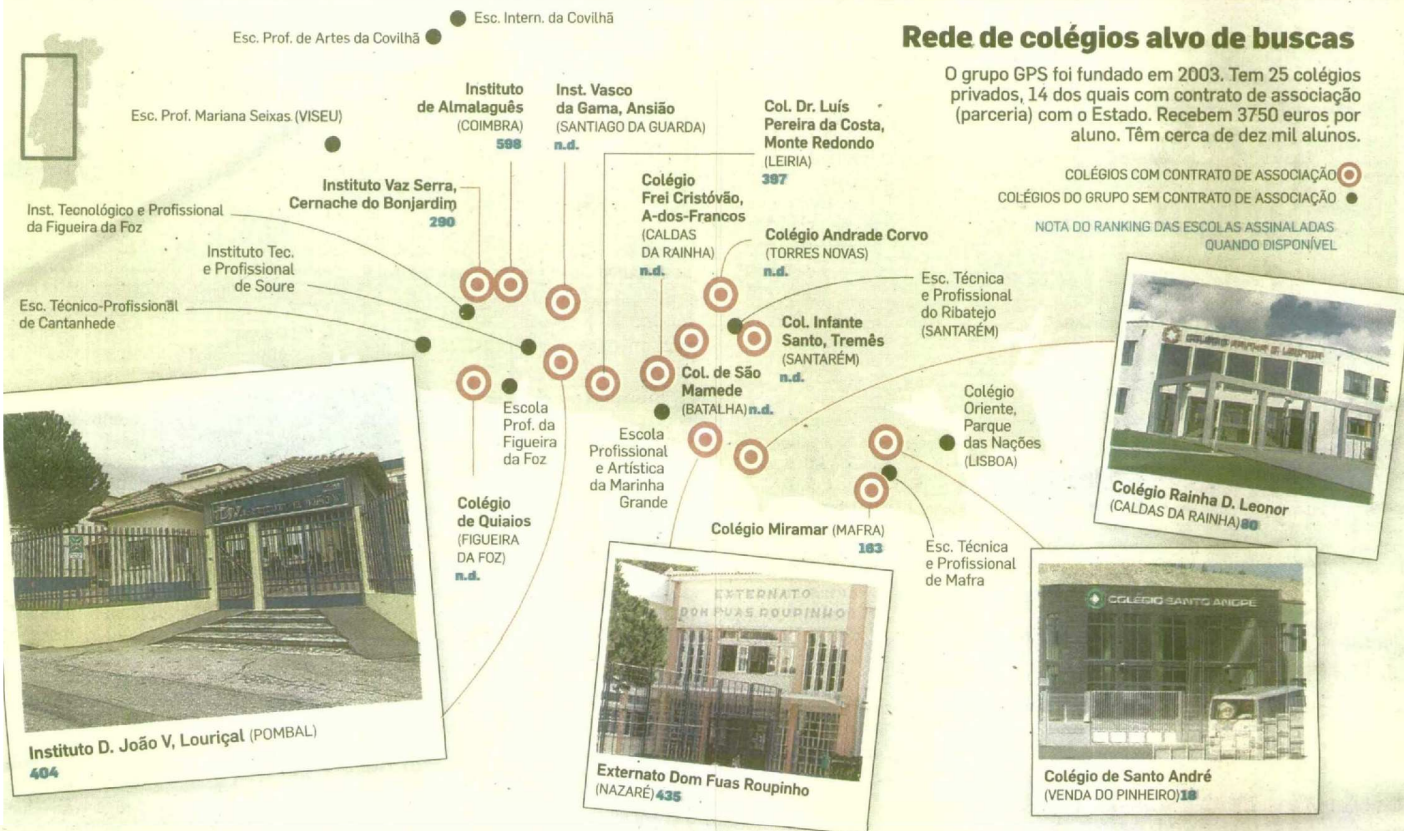
Dimensão: 803

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/6

**Judiciária investiga
rede de colégios por
suspeita de fraudes**

Atual 3 Buscas a colégios privados



Milhões em contratos de associação sob suspeita

Grupo nasce em 2003 com aval de ex-governantes

Grupo GPS. PJ fez buscas no grupo que detém 25 colégios privados. Suspeitas de corrupção e tráfico de influências na empresa liderada por ex-deputado socialista

ANA BELA FERREIRA e CARLOS RODRIGUES LIMA

O grupo GPS – Educação e Formação, que tem 25 colégios dos quais 14 com contratos de associação financiados pelo Estado, foi ontem alvo de 24 ações de buscas por parte da Polícia Judiciária (PJ). Em causa está um processo-crime por alegada apropriação ilícita de verbas transferidas pelo Estado no âmbito dos contratos de associação, segundo apurou o DN junto de fonte ligada ao processo. A investigação, que ainda está no início, incluiu ainda suspeitas de corrupção, tráfico de influências e eventual favorecimento na celebração de contratos de associação. A operação foi realizada no âmbito de um processo-crime aberto pelo Departamento de Investigação e Ação Penal de (DIAP) Lisboa.

O grupo, liderado pelo ex-deputado socialista António Calvete (*ver texto ao lado*), confirmou em comunicado as buscas. “O Grupo GPS confirma que foram efetuadas buscas pela Polícia Judiciária à sede do Grupo e a al-

guas entidades a ele ligadas”. No comunicado, garante ainda que “prestou e continuará a prestar total colaboração às entidades competentes”. Quanto à natureza da investigação apenas refere que o processo está “em segredo de justiça” e que por isso “não é possível, neste momento, adiantar qualquer informação adicional”.

O grupo GPS foi alvo de queixas por parte da Fenprof e de outros grupos de professores relativamente a horários dos docentes, que estariam acima do legalmente estabelecido, e por alegadamente estarem a ser desviados alunos com vaga em escolas públicas para os colégios financiados pelo Estado. Dos 93 colégios com contrato de associação, o grupo detém 14, o que representa 15%. Recebeu em 2012 cerca de 25 milhões de euros.

A Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa (PGDL) esclareceu, na sua página da internet, que as diligências de busca decorrem em sociedades, estabelecimentos de ensino e domicílios, todas em referência com grupo privado que beneficia de contratos de associação com o Ministério da Educação. Estão envolvidos nas buscas magistra-

O QUE I

► O grupo GPS-Educação e Formação foi criado em 2003, pela mão do antigo deputado do PS António Calvete. Dos 26 colégios do grupo, 14 têm turmas com contrato de associação. Do grupo fazem ainda parte negócios como agências de viagens, uma cafeteria, um supermercado ou uma seguradora. A sociedade anónima foi constituída a partir de sete escolas. Em dez anos criou mais 19 estabelecimentos.

► De acordo com as contas de 2012 o grupo GPS recebeu cerca de 25 milhões de euros. O Ministério da Educação pagava até ao início deste mês 89 552 euros/ano por turma. O que dá um financiamento por aluno de cerca de 3750 euros. Nessa altura uma reportagem da TVI dava conta de que, por exemplo, nas Caldas da Rainha, as escolas públicas perderam em cinco anos 519 alunos e que os colégios ganharam 514.

dos, inspetores e peritos financeiros e informáticos. A investigação é dirigida pela 9.ª Secção do DIAP de Lisboa, em colaboração com a Unidade Nacional de Combate à Corrupção da PJ.

Além das denúncias de professores e sindicatos relativamente à distribuição de horários e tabelas salariais, e que este mês já motivaram ações da Autoridade das Condições de Trabalho, estes colégios já estiveram envolvidos em polémica noutras ocasiões. Em 2007, o Tribunal de Contas detetou numa auditoria à Direção Regional de Educação do Centro que alguns colégios receberam pagamentos indevidos. Entre estes estavam quatro do grupo GPS que tinham de devolver quase três milhões de euros.

No ano passado, o Ministério da Educação e Ciência também enviou para o Ministério Público as conclusões de seis auditorias a escolas deste grupo. A Inspeção-Geral da Educação detetou cobranças indevidas aos pais (uma taxa de matrícula no valor de dez euros). Foi recomendada a devolução deste montante, mas o grupo referiu que esta prática era corrente tanto em escolas públicas como privadas.

LIGAÇÕES António Calvete cresceu numa terra – Louriçal – onde não havia escola. E foi daí que nasceu a motivação para constituir o grupo GPS (sigla de Gestão de Participações Sociais) em 2003, a partir de um grupo de educação com sete escolas. Em dez anos criou mais 19 colégios e escolas profissionais, contando agora com 25 estabelecimentos.

A polémica começou quando o presidente do grupo e ex-deputado socialista na comissão de Educação conseguiu a aprovação para a construção de quatro colégios durante o governo de gestão de Santana Lopes, em 2005. Quem assina o despacho de licença de construção é José Manuel Canavarro, então secretário de Estado da Administração Educativa, e José Almeida, na época diretor regional de Educação de Lisboa. Os dois foram depois chamados para serem consultores externos do grupo.

Ao DN, José Manuel Canavarro diz desconhecer o teor da investigação judicial e sublinha que a sua colaboração durante cinco anos com o grupo GPS se limitou “a questões pedagógicas”, no âmbito da sua “atividade de profissional liberal”. Enquanto esteve no Governo, “não foram celebrados novos contratos”. Desde maio de 2011 que não colabora com o GPS.